

BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANO 3 | Nº 1 |
FEVEREIRO DE 2019



BOLETIM LEA-UFRJ

ANO 3 | Nº 1 | FEVEREIRO DE 2019

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

Editora Adjunta

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ

Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)

Davidson Costa Souza (UFRJ)

Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)

Júlia Souza Izquierdo Penaranda (UFRJ)

Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)

Lais Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)

Letícia Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Lucas Almeida de Brito (PPGRI-UERJ)

Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)

Nathan Moraes P. da Silva (PPGRI-UERJ)

Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)

Rebecca Souza Batista (UFRJ)

Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)

Thayane Queiroz S. Jesus (PPGRI-UERJ)

Capa e Layout

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Contato



Laboratório de Estudos Asiáticos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

E-mail: leari.ufrj@gmail.com

Site: leariufrj.wixsite.com/home

SUMÁRIO

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA EDIÇÃO DO BOLETIM	04
--	----

ARTIGOS

CHINA E AMÉRICA LATINA: O FÓRUM CHINA-CELAC, A EXPANSÃO DA ROTA MARÍTIMA DA SEDA E A RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS	06
--	----

ENTRE MUROS E ROTAS: AS RELAÇÕES CHINA-MÉXICO NA ERA TRUMP	16
--	----

O AVANÇO DA INFLUÊNCIA CHINESA NA AMÉRICA CENTRAL: O CASO DA REPÚBLICA DOMINICADA E DE EL SALVADOR	22
--	----

AS RELAÇÕES SINO-CUBANAS: UM HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO ESTRATÉGICO	28
--	----

AS RELAÇÕES SINO-PANAMENHAS: O DRAGÃO CHINÊS NO QUINTAL GEOPOLÍTICO ESTADUNIDENSE	32
---	----

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA EDIÇÃO DO BOLETIM

O Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ), enquanto grupo de pesquisa destinado a pensar o continente asiático, tem empreendido análises dotadas dos mais diversos recortes espacial, temporal e temático. No entanto, para além do exame das interações entre atores regionais e extrarregionais nesse território, consubstanciado em nossas publicações anteriores, faltava ao Boletim LEA-UFRJ refletir acerca da influência de atores asiáticos na nossa própria região, isto é, na América Latina.

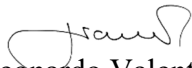
Área de dominação militar, política, econômica e cultural das grandes potências ocidentais – desde o século XV da Europa, e, a partir do final do século XIX, dos Estados Unidos –, ao subcontinente esteve por muito tempo vedado uma aproximação efetiva com o Oriente, longamente associado à barbárie e àquilo que a América Latina não deveria ser. Os primeiros sinais de um “despertar do Oriente” e de um “orientalismo invertido”, nas palavras do argentino Martín Bergel (2015)¹, ainda na década de 1920, impulsionariam, nos anos 1950, o movimento tercermundista e a conformação de uma comunidade de interesses entre latinoamericanos, asiáticos e africanos. A despeito disso, porém, projeções de poder extracontinentais no perímetro de segurança de Washington, potência hemisférica e global, permaneceram bloqueadas.

Esse cenário começa a mudar quando a República Popular da China, após um processo de abertura econômica controlada, passa a compor um eixo dinâmico do sistema econômico internacional, impulsionando a economia global através da expansão do seu mercado interno. Além de fomentar a industrialização, o desenvolvimento tecnológico nacional e a promoção de marcas próprias no exterior, Pequim buscou acessar, em outras partes do globo, recursos naturais escassos no país. A importância geoestratégica da América Latina para o gigante asiático se explica, nesse sentido, pelo papel que os recursos da região desempenham na segurança alimentar e energética chinesas. Assim, diante do agigantamento do Império do Meio no subcontinente nos últimos anos, nos interessava esquadrihar o relacionamento de Pequim com os países latinoamericanos e caribenhos, em termos multilaterais e bilaterais.

Tal esforço de pesquisa se materializou em duas edições do Boletim LEA-UFRJ: a presente, que aborda as relações dos chineses com os países latinos da América do Norte e da América Central; e uma edição a ser lançada no próximo mês, que debate a posição chinesa na América do Sul. Esta edição traz, portanto, trabalhos a respeito do México, escrito por Rebecca

¹ BERGEL, Martín. **El Oriente Desplazado: Los Intelectuales y los Orígenes del Tercermundismo en la Argentina**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

Souza; da República Dominicana e de El Salvador, elaborado por Pedro Allemand e Sabrina Rodrigues; de Cuba, redigido por Giovanna Monteiro; e do Panamá, formulado por Thayane Queiroz. Apresentamos, ainda, um artigo introdutório, de autoria de Letícia Ferreira, sobre o Fórum China-CELAC, a primeira iniciativa dos Estados latinoamericanos e caribenhos de responder concertadamente às incursões chinesas em seus territórios e à proposta, mais recente, de expansão dos projetos da Nova Rota da Seda para a região.

 
Leonardo Valente e Letícia Ferreira
Editores

CHINA E AMÉRICA LATINA: O FÓRUM CHINA-CELAC, A EXPANSÃO DA ROTA MARÍTIMA DA SEDA E A RELAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Leticia Figueiredo Ferreira

Em julho de 2014, o presidente da República Popular da China (RPC), Xi Jinping, realizou sua segunda viagem à América Latina desde que assumira o cargo, em 2013. Em visita oficial ao Brasil, além da agenda bilateral prevista, Xi Jinping participou de dois importantes eventos que envolviam toda a comunidade latinoamericana, ambos propostos pela RPC e mediados pelo governo brasileiro. O primeiro foi a Cúpula de Brasília, na qual o líder chinês se reuniu com os chefes de Estado de dezesseis países da região: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, México, Costa Rica, Cuba, Equador e Antígua e Barbuda (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2014 a). O segundo foi uma reunião entre Xi e os representantes dos quatro últimos Estados, que à época compunham o “quarteto”² da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), organização que visa a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política do subcontinente (Idem, 2014 b).

Ambos os encontros se deram na esteira de uma série de negociações, a nível ministerial e presidencial, entre a China e a organização que abarca os 33 países da América Latina e do Caribe para aprofundar a cooperação mútua em áreas diversas, tendo a Cúpula de Brasília, enfim, materializado os resultados práticos dos preparativos feitos pelo Quarteto da CELAC e a RPC. Sob o tema “Igualdade e Benefício Mútuo, Cooperação Recíproca e Desenvolvimento Comum”, a cimeira emitiu uma declaração conjunta que criou oficialmente o Fórum China-CELAC (FCC)³, convocou a realização de uma primeira reunião ministerial do mesmo e determinou a formulação de um Plano de Cooperação China-CELAC (2015-2019); prevendo, ainda, a criação de um Fundo de Cooperação China-América Latina e Caribe (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2014). A Primeira Reunião Ministerial do FCC ocorreria menos de um ano depois, em janeiro de 2015, em Pequim.

A reunião, encabeçada pelo presidente chinês e pelo Quarteto da CELAC – nesse ano integrado pelos chefes de Estado da Costa Rica, do Equador, da Venezuela e das Bahamas – contou com a presença de chanceleres de 29 dos 33 membros da organização regional, além de representantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), do Banco

² O Quarteto da CELAC, também chamado de Troika Ampliada, é formado pelo presidente *pro tempore* da organização, pelo seu antecessor, pelo seu sucessor e pelo presidente *pro tempore* da Comunidade do Caribe (CARICOM). Assim, Cuba presidiu a organização em 2013, Costa Rica, em 2014, e Equador, em 2015; sendo Antígua e Barbuda o membro da CARICOM que detinha a presidência em 2014.

³ O objetivo de estabelecer o Fórum já havia sido manifestado em janeiro daquele ano, na II Cúpula da CELAC, em Havana, Cuba (CELAC, 2014).

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF) – que assistiram ao evento como convidados de honra (FORO CHINA-CELAC, 2016). Essa formulou as Disposições Institucionais e Regras de Funcionamento do Fórum China-CELAC, que definiu como principais mecanismos do FCC as Reuniões Ministeriais, realizadas a cada três anos – podendo-se convocar reuniões extraordinárias quando considerado necessário –, o Diálogo de Ministros das Relações Exteriores da China e do Quarteto da CELAC, e as Reuniões de Coordenadores Nacionais; celebradas, ao menos uma vez por ano, entre altos funcionários, para preparar as Reuniões Ministeriais, monitorar a implementação de seus resultados e preparar programas de trabalho para etapas específicas (FORO CHINA-CELAC, 2015 a).

Além de um marco institucional, essa Primeira Reunião Ministerial também produziu outros dois documentos basilares para o início das atividades do FCC: a Declaração de Pequim e o Plano de Cooperação (2015-2019). A declaração conjunta assinala um entendimento comum de que a China e os Estados da América Latina e do Caribe compartilham a condição de países em desenvolvimento e de economias emergentes, com desafios similares e interesses que convergem entre si. Nesse sentido, essa prevê a cooperação nos âmbitos diplomático, político, econômico, comercial, financeiro, científico-tecnológico, social, cultural e ambiental; tendo por objetivos principais estimular o desenvolvimento sustentável comum, o bem-estar social e o crescimento econômico, além de contribuir para a cooperação Sul-Sul (FORO CHINA-CELAC, 2015 b). Nota-se, assim, que o FCC está inserido em uma série de iniciativas chinesas de promoção do multilateralismo e de democratização das relações internacionais.

Isso se reflete no Plano de Cooperação (2015-2019), em especial, na segunda sessão, que trata de “assuntos internacionais”. O plano, que apresenta as áreas de interesse e de trabalho priorizadas pelo FCC, também versa sobre política e segurança; comércio, investimento e finanças; infraestrutura e transporte; energia e recursos naturais; agricultura; indústria, ciência e tecnologia, aviação e indústria aeroespacial; educação e capacitação de recursos humanos; cultura e esportes; meios de comunicação, publicações e imprensa; turismo; proteção do meio ambiente, gestão de risco e redução de desastres, erradicação da pobreza e saúde; e amizade entre os povos. Cabe destacar que embora a região seja uma importante fornecedora de recursos alimentícios e energéticos para a China, o plano de ação defende o respeito à soberania plena dos países membros da CELAC e exorta os projetos favoráveis à integração latinoamericana e à industrialização de produtos de maior valor agregado (FORO CHINA-CELAC, 2015 c).

Ainda durante a Primeira Reunião Ministerial do FCC, se estabeleceu a data e o local da próxima reunião, a qual foi realizada em janeiro de 2018, em Santiago, no Chile. A Segunda

Reunião Ministerial, de forma análoga à anterior, produziu uma declaração política conjunta, e um novo plano de ação para um período de três anos, de 2019 a 2021. No que tange às inovações em relação aos documentos formulados na primeira cimeira do FCC, a Declaração de Santiago destacou a necessidade de se promover a cooperação triangular dos países membros do fórum com organizações regionais e internacionais, citando diretamente a CEPAL, o BID e a CAF, além do Banco de Desenvolvimento do Caribe (CDB) (FORO CHINA-CELAC, 2018 a).

O Plano de Ação China-CELAC (2019-2021), por sua vez, se mostrou mais enxuto do que seu antecessor, elencando apenas oito áreas principais, sem excluir outras que venham a surgir posteriormente: política e segurança; infraestrutura e transporte; comércio, investimento e finanças; agricultura; indústria, ciência e tecnologia; cooperação em matéria ambiental; intercâmbio cultural; e cooperação em outras áreas, seção que condensa os esforços tangentes à saúde, à gestão de risco de desastres, ao turismo e à erradicação da pobreza (FORO CHINA-CELAC, 2018 b). A grande novidade trazida pela Segunda Reunião Ministerial foi, porém, a apresentação feita pelo ministro das relações exteriores da RPC, Wang Yi, às suas contrapartes latinoamericanas e caribenhas sobre as possibilidades oferecidas pela *Belt and Road Initiative* (BRI), convidando os países do subcontinente a se juntarem ao projeto do Império do Meio que tem se espalhado por todo o sistema internacional (FORO CHINA-CELAC, 2018 c).

A RPC afirmou que considera que os países da América Latina e do Caribe integram uma extensão natural da Rota da Seda Marítima do Século XXI, tendo por base o precedente histórico estabelecido pela antiga Rota da Seda Marítima do Pacífico, que instituiu o comércio entre as duas regiões entre os séculos XVI e XIX. A proposta chinesa foi acolhida com interesse pelos chanceleres latinoamericanos e resultou na formulação de uma Declaração Especial (Idem, 2018 c), porém ainda não está totalmente claro de que modo e sob quais termos se dará o envolvimento efetivo dos Estados membros da CELAC na BRI. Sabe-se que Pequim já vinha realizando grandes obras de infraestrutura e de interconectividade na região⁴, ampliando suas atividades no setor bancário, com linhas de crédito preferenciais, e celebrando acordos bilaterais de defesa e de ciência e tecnologia; o que tende a ser aprofundado nos próximos anos.

Isto posto, conforme Barrios (2018) pontua, há algum tempo as atividades da China no subcontinente já se parecem, em substância e mesmo em estilo, com os empreendimentos da Nova Rota da Seda, que se destinam justamente ao financiamento e ao desenvolvimento de infraestrutura. O discurso do chanceler chinês parece dar algumas pistas: como formas de se

⁴ Essas variam desde a construção de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e sistemas logísticos, a investimentos para o desenvolvimento das telecomunicações, das tecnologias da informação e comunicação (TICs), do rádio e da televisão e de energia elétrica.

avancar a cooperação no âmbito do FCC, Yi propôs, por um lado, a expansão dos intercâmbios comerciais e da construção de infraestrutura para conectar a América Latina à Ásia através do Pacífico; e, por outro, o florescimento de um sistema industrial independente e diversificado na região (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2018). Tal proposição pode, ainda, ter sido uma resposta aos dados do documento apresentado pela CEPAL na Segunda Reunião Ministerial, intitulado Explorando Novos Espaços de Cooperação entre América Latina e Caribe e China.

O relatório destacou que, a despeito do aumento das exportações para o gigante asiático, a pauta exportadora da América Latina e do Caribe para a China está concentrada (cerca de 70% do valor total) em apenas cinco produtos básicos, segundo dados de 2017: soja, minério de ferro, minério de cobre, cobre refinado e petróleo. De igual modo, embora esteja em curso um processo de diversificação, o investimento estrangeiro direto (IED) chinês também mostra um forte grau de concentração, tanto em termos de setores – com mineração e hidrocarbonetos representando cerca de 80% –, quanto em países de destino – com apenas três países, Brasil, Peru e Argentina, tendo recebido 81% do total entre 2005 e 2017. Ao mesmo tempo em que exortou a diversificação dos fluxos de comércio e investimento estrangeiro da região com a RPC, a comissão reafirmou que a associação estratégica com o gigante asiático pode ser uma oportunidade de desenvolvimento para a região (CEPAL, 2017).

Apesar das assimetrias nas relações econômico-comerciais e da distância geográfica, cultural e linguística que separam os dois lados, a criação e institucionalização do Fórum China-CELAC significou um grande avanço em termos diplomáticos, considerando que foi a primeira vez em que a América Latina e o Caribe atuaram de maneira conjunta em relação ao Império do Meio. Esse, por sua vez, já detinha, desde 2008, uma estratégia para toda a região delineada no Documento sobre a Política da China para a América Latina e o Caribe, o Livro Branco da China para as relações com o subcontinente. O fórum é, portanto, uma resposta concertada à necessidade de estabelecer canais oficiais para os contatos entre ambos. Outrossim, nota-se um componente geopolítico no seu estabelecimento, uma vez que o aprofundamento das relações sino-latinoamericanas se deu em um contexto de perda de presença relativa dos Estados Unidos e da Europa na região (BARTESAGHI, 2017).

Ellis (2015), especialista estadunidense em geopolítica, caracteriza o relacionamento entre a RPC e a América Latina e o Caribe como estando dividido em quatro fases. A primeira teve início com a abertura e as reformas econômicas adotadas por Deng Xiaoping, em 1978, e se estendeu até o início dos anos 2000, período marcado por engajamentos limitados, através de veículos diplomáticos e culturais que se voltavam à construção de relações com a região e

ao reconhecimento formal da China continental entre os países, em detrimento de Taiwan. Com a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, inaugurou-se uma nova fase e o comércio com a região cresceu vertiginosamente, com a China se beneficiando cada vez mais das importações de *commodities* e da perspectiva de acesso aos mercados latino-americanos para se aproximar das elites políticas e empresariais do subcontinente.

A terceira fase das relações China-América Latina e Caribe, de acordo com Ellis (2015), esteve balizada pelo aumento da importância dos empréstimos, investimentos e atividades empresariais dos chineses, mediante a crise econômica internacional de 2008. Esse foi também o ano, como supracitado, da publicação do Livro Branco da China para o subcontinente, mas, apesar do seu interesse declarado, o governo chinês permaneceu cauteloso em ir além dos laços econômicos, científicos e culturais com a região. Isso só se altera na quarta e mais recente fase, que teve início em 2015. Nessa houve uma expansão do apelo de Pequim como fornecedora de mercado e de recursos manufaturados para a região, bem como um fortalecimento das relações políticas (ELLIS, 2015), da qual o Fórum China-CELAC é o fruto mais relevante.

O abandono do Consenso de Washington e a contestação da agenda de segurança norte-americana por governos de centro-esquerda que chegaram ao poder no primeiro decênio do século XXI e romperam com o alinhamento direto com os Estados Unidos, em pouco tempo foi acompanhado pelo que analistas chamam ora de Consenso do Pacífico (VADELL, 2011), ora de Consenso de Pequim⁵ (SLIPAK, 2014) ou Consenso das *Commodities* (SVAMPA; SLIPAK, 2015). Deve-se sublinhar, no entanto, que o avanço chinês em território latinoamericano – que compõe o perímetro de segurança estadunidense e é, historicamente, uma área de hegemonia incontestada e não compartilhada da potência global – não passou incólume aos olhos dos Estados Unidos. A resposta de Washington à busca da América Latina por uma inserção soberana e à aproximação com atores extrarregionais – a China, em especial – foi rápida e cirúrgica.

Durante a administração Obama, emergiu uma série de atritos com a região, impulsionados pela reativação da 4ª Frota do Atlântico Sul, em 2008; pelas negociações de um novo acordo de cooperação de defesa com a Colômbia para a instalação de mais sete bases militares no país⁶, em 2009; pela pretensão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de

⁵ O termo “Consenso de Pequim” foi primeiramente utilizado por Ramo (2004) e dizia respeito ao modelo chinês de desenvolvimento, sujeito à emulação por outros países emergentes. Slipak (2014), porém, ao fazer uso dessa denominação, lhe confere o mesmo sentido presente em “Consenso do Pacífico” (VADELL, 2011) e “Consenso das Commodities” (SVAMPA; SLIPAK, 2015), os quais descrevem o tipo de relacionamento assimétrico, pautado no *boom* dos preços das *commodities* e dos recursos energéticos, existente entre a China e a América-Latina.

⁶ O acordo, assinado no fim de 2009, foi julgado inconstitucional e suspenso pela justiça colombiana em 2010.

redelimitar o Atlântico⁷, em 2010; pelas divergências com a Argentina a respeito dos “fundos abutres”, em 2013; e pelo escândalo de ciberespionagem norte-americana, no mesmo ano. Foi nesse período, ademais, que ocorreram os golpes em Honduras, em 2009, no Paraguai, em 2012, e no Brasil, em 2016, os quais depuseram líderes progressistas em favor de partidos liberais conservadores que receberam a aprovação subsequente de Washington. Houve, ainda, uma piora das relações com a Bolívia e, principalmente, com a Venezuela, cuja crise econômica está diretamente ligada à queda do preço mundial do petróleo desencadeada pelo desenvolvimento da técnica de faturamento hidráulico (*fracking*) nos Estados Unidos.

Tais eventos não apenas engendraram um retorno ao caráter comercialista da integração latinoamericana e o concomitante esvaziamento dos mecanismos regionais de natureza política e social, como também puseram em marcha uma renovação neoliberal na região. Embora a agenda de política externa do governo Trump inicialmente tenha dado menos atenção à América Latina – frente à proeminência de questões internas ou de outras áreas do globo, como o Oriente Médio, a Rússia e o Leste Asiático –, o bloqueio há anos exercido pelos Estados Unidos à entrada de potências estrangeiras na região e a uma coalizão local capaz de pôr em risco seus interesses geopolíticos e geoeconômicos voltou a se manifestar em meados de 2018, com as visitas do Vice-Presidente Mike Pence, em junho, do Chefe de Operações Navais (CNO) Almirante John Richardson, em julho, e do Secretário de Defesa James Mattis, em agosto⁸.

Por outro lado, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, os dois maiores parceiros econômicos da América Latina, abriu a possibilidade de um aumento no comércio do subcontinente com o gigante asiático. Segundo Price (2018), as tarifas impostas por Trump aos produtos chineses e a retaliação de Xi às mercadorias estadunidenses criou lacunas de oferta que a América Latina, em parte, preencheu, gerando-se, de maneira colateral, subsídios às exportações latinoamericanas. Visando assegurar o fornecimento de longo prazo das *commodities* vitais à sua segurança alimentar e energética, proteger o mercado consumidor dos bens de consumo chineses e manter os empregos dos trabalhadores que ocupam os vastos setores de construção e engenharia do país, a China tende a fortalecer sua posição na região (PRICE, 2018). O avanço da Nova Rota da Seda para o subcontinente é, cada vez mais, um reflexo disso.

Quatro países da América Latina e do Caribe já foram incorporados à BRI por meio de acordos bilaterais: Panamá, Antígua e Barbuda, Trinidad e Tobago e Bolívia. Embora essa não

⁷ Os Estados Unidos e a aliança militar tentaram entabular o conceito de Bacia do Atlântico, que reunia sob a mesma denominação geográfica o Norte e o Sul do oceano, para aumentar a sua área de ação (PADULA, 2013).

⁸ Enquanto Pence fez visitas oficiais ao Brasil, ao Equador e à Guatemala; Richardson e Mattis estiveram no Brasil, na Argentina, no Chile e na Colômbia.

pareça se diferenciar muito das atividades que a China já desenvolve na região, a participação formal dos países latinoamericanos no empreendimento chinês tem um vultoso peso político. Como zona de influência e parte do perímetro de segurança dos Estados Unidos, o avanço da Nova Rota da Seda no “quintal” da potência hegemônica representa uma afronta sem precedentes e nos coloca no meio da rota de colisão entre Washington e Pequim. Em termos sistêmicos, conforme demonstram Rodrigues e Martins (2018), a América Latina teve um papel central na emergência do sistema interestatal capitalista – criado pelos europeus e desde o século passado comandado por uma oligarquia de Estados liderados pelos Estados Unidos – e, de igual modo, terá destaque na recentralização do mesmo para a Ásia – atual centro de acumulação capitalista mundial –, que se desdobra em direção à recriação, em outros moldes, do sistema sinocêntrico.

Mais do que nunca, portanto, é de suma importância que a América Latina e o Caribe respondam coordenadamente às incursões estadunidenses e chinesas – bem como de qualquer outro ator externo ao continente – para salvaguardar a sua soberania. Sua posição geográfica, vizinha à potência militar global, restringe a realização de sua política externa e, até mesmo, doméstica, mas também possibilita aos países da região, frente à interação com outras potências, uma maior capacidade de barganha política e inserção competitiva no sistema internacional. Ao mesmo tempo, deve-se ponderar a centralidade das indústrias extrativas e das *commodities* nas relações sino-latinoamericanas. Embora os investimentos em infraestrutura feitos por Pequim sejam favoráveis ao desenvolvimento e à interconectividade da região, é crucial condicionar os mesmos aos interesses políticos, econômicos e sociais do subcontinente.

Em última instância, é necessária uma maior articulação regional, por meio dos mecanismos de integração já existentes e que, em sua maioria, se encontram paralisados ou deturpados pela nova guinada liberal que se apossou da América Latina. À exemplo da experiência recente do Império do Meio, é necessário pensar estrategicamente e no longo prazo, questionando que tipo de inserção buscamos: como países primário-exportadores suscetíveis a um sem-número de ciclos de crescimento e choque econômico, derivados de termos de troca desfavoráveis, e crises políticas recorrentes; ou como economias industrializadas e detentores de tecnologia própria, dotadas de maior autonomia política e menos vulneráveis a ingerências externas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARRIOS, Ricardo. China's Belt and Road Lands in Latin America. **China Dialogue**, 2018. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/10728-China-s-Belt-and-Road-lands-in-Latin-America>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

BARTESAGHI, Ignacio. El Foro CELAC-China ¿respuesta al Libro Blanco de China para las relaciones con América Latina y el Caribe?. In: CORTÉS, José Ignacio Martínez (Org.). **América Latina y el Caribe: Relaciones Políticas e Internacionales**, 2017.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **CEPAL destaca la relevancia y oportunidad de estrechar los vínculos entre China y América Latina y el Caribe**, 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-destaca-la-relevancia-oportunidad-estrechar-vinculos-china-america-latina-caribe>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC). **Declaración Especial Sobre El Establecimiento Del Foro China-CELAC**. Havana: 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/DECLCE-LACHINA.2014ESP.pdf>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

ELLIS, Robert Evan. Strategic Insights. The China-CELAC Summit: Opening a New Phase in China-Latin America-US Relations?. **Homeland Security Digital Library**, 2015. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?abstract&did=761876>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

FORO CHINA-CELAC. Departamento de América Latina y el Caribe del Ministerio de Relaciones Exteriores de China. **ABC sobre el Foro China-CELAC**, 2016.

FORO CHINA-CELAC. **Declaración de Beijing de la Primera Reunión Ministerial del Foro CELAC-China**, 2015 b. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/esp/zywj_4/t1230940.htm>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

FORO CHINA-CELAC. **Declaración de Santiago II Reunión Ministerial del Foro CELAC-China**, 2018 a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Declaracin-de-Santiago--II-Foro-CELAC-China-VF-22-01-2018.pdf>>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

FORO CHINA-CELAC. **Declaración Especial de Santiago de la II Reunión Ministerial del Foro CELAC-China Sobre la Iniciativa de la Franja y la Ruta**, 2018 c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Declaracin-Especial-II-Foro-CELAC-China-VF-22-01-2018.pdf>>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

FORO CHINA-CELAC. **Disposiciones Institucionales**, 2015 a. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/esp/zywj_4/t1230942.htm>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

FORO CHINA-CELAC. **Plan de Acción Conjunto de Cooperación em Áreas Prioritarias CELAC-China (2019-2021)**, 2018 b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/imagens/2ForoCelacChina/Plan-de-Accin-II-Foro-CELAC-China-VF-22-01-2018.pdf>>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

FORO CHINA-CELAC. **Plan de Cooperación de los Estados Latinoamericanos y Caribeños-China (2015-2019)**, 2015 c. Disponível em: <http://www.chinacelacforum.org/esp/zywj_4/t1230945.htm>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

PADULA, Raphael. **Desafios para uma Agenda de Segurança na América do Sul: a Disputa de Poder Global, o Brasil e o Conselho de Defesa da Unasul**. In.: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 4º, 2013, Belo Horizonte. Multilateralismo, Plurilateralismo e a Construção de uma Ordem Mundial. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=873>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

PRICE, John. A US-China Trade Dispute May Be Good for Latin America. **Bonds & Loans**, 2018. Disponível em: <<http://www.bondslans.com/news/article/1927/a-us-china-trade-dispute-may-be-good-for-lati>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus**. Londres: Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em: <<http://www.xuanju.org/uploadfile/200909/20090918021638239.pdf>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota 160: Declaração Conjunta da Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe**. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5715-declaracao-conjunta-da-cupula-de-brasilia-de-lideres-da-china-e-de-paises-da-america-latina-e-caribe-brasilia-17-de-julho-de-2014>>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **Xi Jinping Attends China-Latin America and the Caribbean Summit and Delivers Keynote Speech, Comprehensively Expounding China's Policies and Propositions Toward Latin America, Announcing Establishment of China-Latin America Comprehensive Cooperative Partnership of Equality, Mutual Benefit and Common Development, and Establishment of China-CELAC Forum**. Pequim: 2014 a. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpzxcxjzgjldrdlchwdxbxagtwnrlgbjxgs-fwbxcxzlrdhw/t1176650.shtml>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **Xi Jinping Meets with Leaders of the "Quartet" of CELAC**. Pequim: 2014 b. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpzxcxjzgjldrdlchwdxbxagtwnrlgbjxgs-fwbxcxzlrdhw/t1176620.shtml>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **Wang Yi Talks about the Results of the Second Ministerial Meeting of the China-CELAC Forum**. Pequim: 2018. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1528716.shtml>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. A Importância da América Latina para a Recentralização Asiática no Sistema-Mundo. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 2, 2017, p. 86-113. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/142995>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

SLIPAK, Ariel M. América Latina y China: ¿Cooperación Sur-Sur o Consenso de Beijing?. **Nueva Sociedad**, n. 250, 2014, p. 102. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/4019_1.pdf>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel M. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensamble**, año 2, n. 3, 2015, p. 34-63. Disponível em: <<http://www.revistaensambles.com.ar/ojs-2.4.1/index.php/ensambles/article/view/61>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as Implicações Geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suplementar, 2011, p. 57-79. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31755>>. Último acesso em: 11 de setembro de 2018.

ENTRE MUROS E ROTAS: AS RELAÇÕES CHINA-MÉXICO NA ERA TRUMP

Rebecca Souza Batista

A vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos confirmou, mais uma vez, a sina mexicana eternizada na frase do ex-presidente mexicano Porfirio Díaz: “Pobre México. Tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”. Ter como vizinho a maior potência econômica e militar do mundo é o grande desafio com o qual o México precisa lidar a cada governo. O discurso de “*Make America great again*”, que levou Trump à Casa Branca, passava pela construção de um muro na fronteira entre os dois países; por uma maior rigidez nas políticas migratórias; e pela proteção da indústria nacional a partir da revisão de acordos como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês). Diante desse cenário prejudicial, o México se viu obrigado a procurar por novos aliados, em uma tentativa de afrouxar seus laços com o Norte e expandir sua visão para além do continente americano, encontrando na China o suspiro de alívio que tanto ansiava.

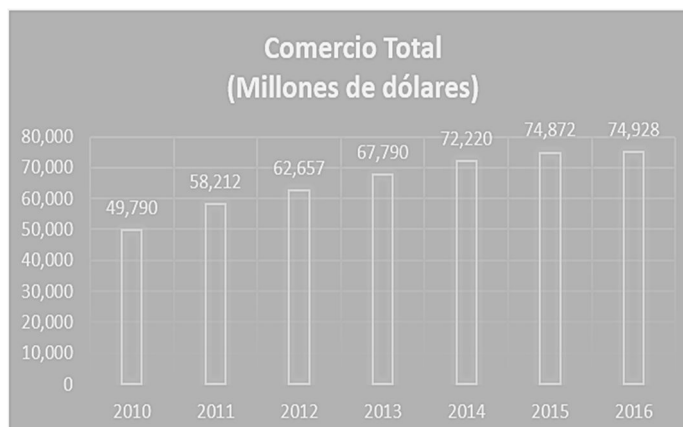
As relações diplomáticas entre a República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos Mexicanos foram oficialmente estabelecidas em fevereiro de 1972, sob a presidência de Luis Echeverría. A primeira visita oficial à China realizada por Echeverría, em 1973, abriu caminho para o que veio a se tornar uma tradição nas relações internacionais do México: todos os presidentes pisam em solo chinês ao menos uma vez durante seu mandato (ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, 2018 a). Desde então, as relações entre o México e a China ganharam dinamismo e características peculiares.

Em 2013, o presidente chinês, Xi Jinping, realizou uma visita de Estado ao México, onde assinou a Declaração Conjunta entre os Estados Unidos Mexicanos e a República Popular da China, elevando, assim, a relação bilateral a um nível de associação estratégica integral. Já em 2017, o México foi convidado pela China a considerar a proposta de integrar o chamado “BRICS Plus”, que redefiniria os contornos atuais do BRICS ao adicionar novos países do Sul global ao bloco (DUARTE, 2017). Ademais, é importante ter em mente um ponto fundamental das relações sino-mexicanas destacado por Hsiang (2018): o México é visto por Pequim como uma área importante para a extensão da Nova Rota da Seda para a América Latina.

O gigante asiático também está fortemente entrelaçado ao México na área comercial. As trocas entre ambos atingiram a marca de 74,928 milhões de dólares no ano de 2016 (Fig. 1), garantindo a Pequim o posto de terceiro destino das exportações mexicanas e segundo lugar como fonte de suas importações (ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, 2018 b). Empresários mexicanos – inclusive o presidente da seção Ásia-Pacífico do Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior – questionam se o México não deveria aprofundar ainda mais tal relação através de um tratado de livre comércio. Os mesmos acreditam que um acordo como esse traria benefícios à economia mexicana, em especial na era de incertezas inaugurada pela administração Trump (TELEVISA NEWS, 2018).

Os números, no entanto, escondem a verdadeira faceta da relação sino-mexicana. Não por acaso, o México foi o último país a aceitar a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. A relação entre eles é essencialmente desequilibrada – para o México, mais uma –, o que mostra que o país latino-americano tampouco está preparado para estabelecer um tratado de livre comércio com Pequim. Fariza e Fontdeglòria (2017) frisam que, para cada dólar que o México exporta à China, esse recebe importações no valor de 13 dólares. Em 2017, o déficit comercial do México com o gigante asiático superou 67.000 milhões de dólares. Para os autores, longe de equilibrar-se, essa disparidade tem se acentuado ainda mais nos últimos anos. Sun (2013) acrescenta que as assimetrias nas relações sino-mexicanas tendem a se estender para além do nível bilateral, para os âmbitos regional e global.

Figura 1 – Comércio total entre China e México

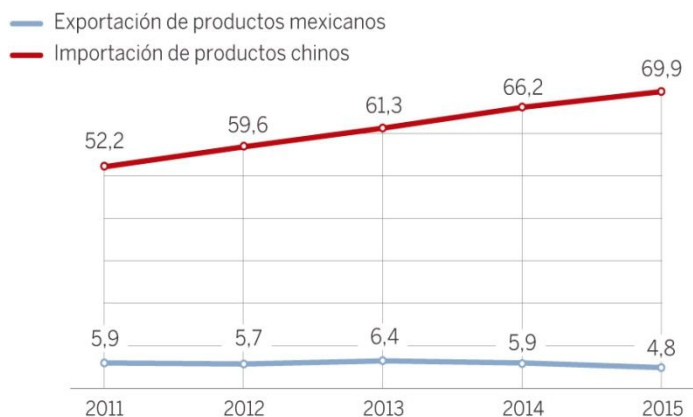


Fonte: Estados Unidos Mexicanos, 2018 b.

Figura 2 - Comércio entre China e México

COMERCIO ENTRE MÉXICO Y CHINA

En miles de millones de dólares



Fonte: Fariza; Fontdeglòria (2017).

Não é surpresa, portanto, a rivalidade existente entre os dois países no acesso aos mercados americanos, o que agudiza sua falta de diálogo fluído. As exportações chinesas destinadas aos Estados Unidos em muito se assemelham às mercadorias produzidas no México, em termos de valor agregado – essa característica o difere de outros países latinoamericanos, como Brasil e Chile, cuja matriz exportadora centra-se em produtos primários. Por influência da geografia, antes mesmo do NAFTA entrar em vigor, o comércio mexicano já estava direcionado para seu vizinho ao norte, e, ainda hoje, os Estados Unidos é o maior mercado para os produtos mexicanos (FARIZA; FONTDEGLÒRIA, 2017).

Diante disso, convém questionar por que razão o México buscou uma aproximação com a China nos últimos anos. A resposta é simples: nas palavras de Fariza e Fontdeglòria (2017), as políticas adotadas por Trump “*han dado um giro de 180 grados en la orientación comercial mexicana*”. As discussões em torno de uma atualização do NAFTA permaneceram, por muito tempo, estagnadas. O governo norte-americano também não hesitou ao impor tarifas sobre o aço e o alumínio, que prejudicaram as exportações de seus aliados mais próximos. A ideia de ficar sem seu grande mercado consumidor assustou os mexicanos, que se viram obrigados a buscar desesperadamente por novos sócios, na tentativa de diversificar seu comércio. Restou à China somente aproveitar a brecha: afinal, o México é um país estratégico, econômica e militarmente, devido a sua posição geográfica.

Assim sendo, algumas atitudes rumo a uma maior integração com a China foram tomadas. Entre elas, Hsiang (2018) destaca o pioneirismo do bilionário mexicano Carlos Slim ao estabelecer *joint ventures* com a JAC Motors, uma das três companhias automotivas administradas pelo governo chinês e com presença no México. De fato, o governo mexicano tem tentado impulsionar o comércio com a China. Raul Urteaga, que compôs as negociações originais do NAFTA, afirmou que o processo de diversificação de mercado já é uma realidade. Exemplo disso é a viagem realizada pela delegação de comércio mexicana à China em maio de 2018, cujo objetivo era concluir as discussões que permitiriam o aumento nas exportações de banana, porco e sorgo para Pequim. Uma vez que os protocolos sejam finalizados, o México poderá expandir suas exportações de bananas em até US\$ 45 milhões (GARCIA, 2018).

O que muitos não esperavam era que o governo mexicano cedesse às pressões americanas e estabelecesse um novo acordo com seu vizinho. Porém, para compreender essa aparente “virada de jogo”, é preciso ter em mente os seguintes fatores: 1) o México se destaca do restante da América Latina por ser o país cuja influência direta de Washington é mais sentida; 2) as relações Estados Unidos-México tendem a melhorar ou se deteriorar, mas nunca se romper,

visto que não só a geografia os une, mas também a interdependência econômica e as conexões humanas; 3) as exportações mexicanas destinadas ao seu vizinho representam 80% do total. Mesmo com sua mais recente aproximação com a China, as exportações para a China não passam de 1% (SOUTAR, 2018). Dessa forma, fica claro que não entrar em acordo com Washington nunca foi uma opção real para o México. Pequim, por outro lado, sempre esteve ciente desse fato, reconhecendo que a administração Trump não será eterna e que as relações EUA-México tendem a se estabilizar no longo prazo (FARIZA; FONTDEGLÒRIA, 2017).

No novo acordo com os estadunidenses, o governo mexicano cedeu no setor automotriz e em solução de controvérsias, visando evitar a saída dos vizinhos do tratado. Como destacado por Balding (2018), após ter irritado seus aliados, Washington desaprovou a posição que Pequim rapidamente assumiu como o novo líder do livre comércio internacional. Quando Trump anunciou um novo tratado comercial com o México para substituir o NAFTA, todas as atenções se voltaram para o Canadá, cuja participação era incerta, mas foi na China que o grande impacto pôde ser sentido. Segundo o autor, o governo americano pretende aproveitar a oportunidade de conclusão de um novo acordo para “atacar” seu grande rival, através da formação de uma coalizão ocidental contra a China (BALDING, 2018).

Dentre os aspectos do acordo, destacam-se as regras de origem dos automóveis, em que 40% a 45% de seu conteúdo passa a ser feito por empresas domésticas. Isso é prejudicial para a China, pois oferece um limite ao escopo de montagem no México com componentes de origem chinesa e favorece peças dos fabricantes cobertos pelo acordo. Um dos pontos que afeta diretamente o país asiático é a seção sobre propriedade intelectual, que versa sobre direitos autorais, cláusulas sobre nomes comuns e proteção de marcas registradas. Trata-se de um problema frequente dos Estados Unidos com a China (Idem, 2018).

A pressão e a presença americanas são de grande peso nas relações sino-mexicanas, por isso tanto o México quanto a China se veem obrigados a agregar um terceiro componente, criando o triângulo inseparável EUA-México-China. Ellis (2013) explica que o caráter triangular desta relação deve ser entendido a partir do fato de que as interações China-México, China-EUA e EUA-México estão relacionadas e afetam uma a outra. O autor acrescenta que a natureza da relação entre os três Estados reflete dois aspectos do ambiente estratégico contemporâneo do México. O primeiro é a emergência da China aos palcos do mundo, tornando-se um parceiro econômico, competidor e mercado em potencial para o México. Ao mesmo tempo, o país latino-americano permanece profundamente entrelaçado com os Estados Unidos, ainda que o relacionamento com o mesmo não seja a todo tempo amigável.

Assim, o México encontra-se entre dois gigantes. Nesse sentido, a vitória do progressista Andrés Manuel López Obrador nas últimas eleições pode representar uma nova etapa nas relações internacionais do país. Embora a renegociação do NAFTA e a estabilização econômica do país tenham sido temas centrais de sua campanha, ainda não se pode descartar a possibilidade de o mesmo adotar uma política externa mais independente. No que diz respeito à China, apesar da recente aproximação, as interações ainda se mantêm frias, dadas as limitações impostas pelo relacionamento com o vizinho do norte; o que torna o México um ator ímpar na região. Mais do que isso, tal relacionamento adquire um caráter nebuloso, uma vez que não se sabe ao certo aonde pretendem chegar. Sendo assim, por ora, o que o México faz é flertar com Pequim, sem nunca se esquecer de que, na sua sombra, está a potência hemisférica e global.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BALDING, Christopher. How the U.S.-Mexico Pact Could Turn Tables on China. **Bloomberg**, 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/view/articles/2018-08-29/u-s-mexico-pact-could-turn-the-tables-on-china>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

DUARTE, Luiza. China propõe o “Brics Plus”, com possível adesão de México, Paquistão e Sri Lanka. **RFI**, 2017. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/mundo/20170420-linha-direta-china-brics-plus>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

ELLIS, Robert Evan. The China-Mexico-US Triangle: Trade, Security, and Complex Interdependence. In: PETERS, Enrique Dussel; HEARN, Adrian H.; SHAIKEN, Harley (Org.). **China and the New Triangular Relationships in the Americas: China and the Future of US-Mexico Relations**. Miami: Center for Latin American Studies, 2013, p. 85-92. Disponível em: <https://mia.as.miami.edu/_assets/pdf/China%20and%20the%20New%20Triangular%20Relationships%20in%20the%20Americas-%20China.pdf#page=86>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

FARIZA, Ignacio; FONTDEGLÒRIA, Xavier. México busca en China al nuevo EEUU. **El País**, 2017. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2017/03/09/actualidad/1489039746_919404.html>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

GARCIA, David Alire. Mexico eyes more banana, pork exports to China as NAFTA talks stall. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/mexico-trade-china/mexico-eyes-more-banana-pork-exports-to-china-as-nafta-talks-stall-idUSL2N1SU1IB>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

HSIANG, Antonio C. Three reasons why it's time for Mexico to pivot to China. **Mexico News Daily**, 2018. Disponível em: <<https://mexiconewsdaily.com/opinion/its-time-for-mexico-to-pivot-to-china/>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. Embaixada do México na China. **Relación Económica**, 2018 b. Disponível em: <<https://embamex.sre.gob.mx/china/index.php/es/la-embajada/relacion-economica>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS. Embaixada do México na China. **Relación Política**, 2018 a. Disponível em: <<https://embamex.sre.gob.mx/china/index.php/es/la-embajada/relacion-politica>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

SOUTAR, Robert. Mexico looks to boost trade with China as NAFTA talks falter. **China Dialogue**, 2018. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/10420-Mexico-looks-to-boost-trade-with-China-as-NAFTA-talks-falter>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

SUN, Hongbo. Strategic Partnership Between China and Mexico: A Multilateral perspective. In: PETERS, Enrique Dussel; HEARN, Adrian H.; SHAIKEN, Harley (Org.). **China and the New Triangular Relationships in the Americas: China and the Future of US-Mexico Relations**. Miami: Center for Latin American Studies, 2013, p. 85-92. Disponível em: <<http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2014/13574.pdf#page=73>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

Tratado Comercial con China Impulsaría Economía Mexicana. **Televisa News**, 2018. Disponível em: <<https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/tratado-comercial-china-impulsaria-economia-mexicana/>>. Último acesso em: 16 de setembro de 2018.

O AVANÇO DA INFLUÊNCIA CHINESA NA AMÉRICA CENTRAL: O CASO DA REPÚBLICA DOMINICANA E DE EL SALVADOR

Pedro Allemand Mancebo Silva

Sabrina Rodrigues Pacheco

O aumento do fluxo de investimentos chineses na América Central vem provocando uma rápida reorientação da agenda econômica e de política externa dos países da região para um novo polo de gravidade centrado em Pequim. Essa mudança ocorre em consonância com a ascensão da República Popular da China (RPC), na medida em que esse país se consolida paulatinamente como o principal credor e parceiro comercial de um número crescente de países mundo afora. A penetração chinesa na América Central avança às custas da hegemonia americana histórica na região: os países outrora denominados “republiquetas de bananas” se configuravam, até recentemente, como peças periféricas dentro de uma zona de influência que os Estados Unidos tinham como assegurada. O capital abundante é o principal vetor dos interesses chineses, especialmente nos países menos desenvolvidos.

Em 2018, a República Dominicana e El Salvador estabeleceram relações diplomáticas com a China, efetivamente rompendo os laços de longa data com Taiwan. Ambos os países fundamentaram suas decisões no potencial de ganho econômico resultante do reconhecimento de “uma só China”, evidenciando o objetivo político imediato de Pequim. Ainda que o aumento da influência chinesa na América Central diminua – em termos relativos – a hegemonia dos Estados Unidos, a importância estratégica atribuída a essa região pelos dois países diverge. Afora a agenda chinesa para a região se concentrar na promoção do isolamento diplomático de Taiwan, Guerrero (2018) nota que

“[...] Washington e Beijing definiram diferentes objetivos em suas agendas para a América Central, sob paradigmas distintos, a fim de medir o equilíbrio de poder na região, e desta maneira avaliar seus interesses na zona ístmica, onde os Estados Unidos apostam no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, bem como no comércio, e a China Continental prioriza os corredores bioceânicos e investimentos com um valor geoeconômico, o que reduz de alguma maneira o papel tradicional e histórico dos Estados Unidos” (GUERRERO, 2018, p. 44, tradução dos autores).

A inauguração da embaixada da China na República Dominicana, em 21 de setembro de 2018, formalizou a decisão tomada, em maio, de rompimento das relações com Taiwan e expulsão dos diplomatas desse país. Taiwan, de sua parte, acusou a China de oferecer U\$ 3,1 bilhões em crédito em troca do reconhecimento diplomático de Pequim por Santo Domingo (BEECH; MALER, 2018). Todavia, na prática, os efeitos econômicos derivados dessa política chinesa são limitados. Piccone (2016) salienta que o apoio a Taiwan constituía um entrave para o investimento direto e os empréstimos da China, mas que o volume do comércio com Pequim

com os países pró-Taipé na América Latina crescia no mesmo ritmo do restante da região. É a capacidade de financiamento chinesa que, efetivamente, representa uma nova fonte de capital à disposição da República Dominicana. Dada a diferença de envergadura entre as economias da China e de Taiwan, nunca houve qualquer chance de competição nesse âmbito: a ajuda taiwanesa se limitava a US\$ 50 milhões a cada mandato presidencial no país (LI, 2015).

A aproximação entre os dois países vem sendo recebida com medidas retaliatórias pelos Estados Unidos, como a convocação do embaixador no país (juntamente com os de El Salvador e Panamá) e a introdução de uma lei que autoriza a suspensão da ajuda econômica americana a países que cortarem laços com Taiwan (BEECH; MALER, 2018). Huang (2018) ressalta que a reação americana ao avanço da China na América Central se assoma à tensão provocada pelas políticas anti-imigração do governo de Donald Trump. O autor também observa a ironia histórica de que o ponto de clivagem do apoio internacional à posição de Pequim, em detrimento da de Taipé, ocorreu sob os auspícios da política externa americana do governo conservador de Richard Nixon. O reconhecimento diplomático da RPC como único governo legal da China (COLBERT, 2018) pelos Estados Unidos, em 1972, foi acompanhado por quase todo o bloco de países que mantinham relações formais com Taiwan.

Pouco mais de um mês após uma visita do Ministro das Relações Exteriores de Taiwan, Joseph Wu, El Salvador também se decidiu pelo rompimento das relações com o Taipé e pelo reconhecimento formal de Pequim. Comunicados oficiais do governo salvadorenho dão conta de que, em julho de 2018, quando da visita de Wu, houve uma discussão sobre o estado da cooperação entre os dois países, com o anúncio de doações de arroz para programas sociais, mas também sobre o processo de licitação do Porto da União Centro-Americana – projeto estratégico para o qual o governo salvadorenho buscava atrair o capital taiwanês. A busca pelo financiamento do projeto, considerado inviável pelo governo taiwanês, seria uma peça chave para a decisão salvadorenha, segundo Taipé (HORTON, 2018). A construção desse porto, agora com a perspectiva do financiamento chinês, adiciona mais um foco de tensão entre China e Estados Unidos na América Central, considerando as alegações de Washington de que além de entreposto comercial, o mesmo serviria a objetivos militares de Pequim na região, operando também como uma base naval (LO, 2018).

No dia 20 de agosto do ano passado, em um anúncio veiculado em cadeia nacional, o presidente salvadorenho, Salvador Cerén, anunciou a decisão, justificando-a como o cumprimento da resolução 2578 da Assembleia Geral da ONU (REPÚBLICA DE EL SALVADOR, 2018), que reconhece a existência de “uma só China”, representada legitimamente pela RPC.

O discurso de Cerén ainda ressaltou o peso econômico da China continental, bem como sua importância para a manutenção da paz e da estabilidade mundial, destacando, até mesmo, a importância da cooperação Sul-Sul. O presidente salvadorenho também anunciou o início imediato de diálogos para identificar as potencialidades de cooperação entre os dois países e seus interesses em comum. A mensagem se encerra com uma nota interessante:

“Nosso povo tem uma história de luta por um futuro melhor. Assumimos os desafios com a confiança de que nossas decisões trarão bem-estar ao nosso povo e nos empenharemos para que o esforço produza os frutos desejados. Continuaremos trabalhando para consegui-lo” (REPÚBLICA DE EL SALVADOR, 2018, tradução dos autores).

Analisando o discurso de rompimento, fica claro o peso do fator econômico na decisão diplomática, bem como as expectativas que El Salvador deposita nos resultados desse movimento. O padrão das relações não irá se alterar profundamente, uma vez que a agenda de cooperação com a China anunciada por Salvador Cerén é bastante similar aos laços anteriormente existentes com Taiwan. Por outro lado, a parceria com Pequim representa a inserção em projetos estratégicos de âmbito regional, bem como a oportunidade de maior financiamento para as necessidades estratégicas domésticas de El Salvador.

Vale notar que, ao contrário da tendência regional, o maior parceiro comercial de El Salvador ainda é os Estados Unidos, destino de 46% das suas exportações (OEC, 2016 a) e origem de 36% das suas importações (OEC, 2016 b) em 2016, de acordo com o *Observatory on Economic Complexity*. No contexto da guerra comercial entre EUA e China, em desdobramento nos últimos meses, o movimento de ruptura dos laços diplomáticos com Taiwan fez com que o governo norte-americano convocasse a Washington seus embaixadores em diversos países (BEECH; MALER, 2018), como protesto, bem como levantasse a possibilidade de penalizar El Salvador de alguma forma devido à ação (HARRIS, 2018). Tal penalização, no entanto, foi descartada diante da preocupação de que o país da América Central interrompesse os esforços de contenção do fluxo de imigrantes para os EUA (Idem, 2018).

O caso do rompimento dominicano e salvadorenho se insere em dois movimentos da estratégia chinesa. O primeiro é a busca pelo isolamento diplomático de Taiwan, buscando prevalecer sobre o governo da ilha enquanto representante do povo chinês e de uma “única” China. Esse movimento tem se acirrado com o governo do Partido Democrático Progressista em Taiwan, em especial pela aproximação desse em relação à Washington (COLBERT, 2018). O segundo movimento, mais recente, é a expansão e projeção do capital chinês para o exterior, que se reflete em iniciativas como a *Belt and Road Initiative* (BRI), os financiamentos via Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), entre outras formas de financiamento de projetos de infraestrutura de longo prazo. Essa estratégia busca, por meio da

solução de gargalos logísticos nacionais ou regionais, atrair novos parceiros para a China e, assim, permitir que a mesma configure determinados espaços de acordo com as vantagens que a mesma pode auferir de certas regiões do sistema internacional.

No caso da América Latina, todavia, é necessário observar os impactos da ascensão chinesa na região. No campo econômico, o redirecionamento das relações dos Estados Unidos para a China não representa mudanças no panorama da dependência econômica e da estrutura da economia dos países da região (MEDEIROS; CINTRA, 2015); em especial devido às similaridades entre as características estruturais da economia chinesa e da economia americana. Também é necessário pensar que os movimentos chineses sobre a América Latina derivam de uma visão sobre a importância da região para a China e se enquadram em uma grande estratégia chinesa para a consecução dessa visão. Do lado latino, no entanto, não há uma visão ou uma estratégia para a China (FORNES; MENDEZ, 2018) e a ausência dessas pode significar apenas uma alteração do eixo e da forma da dependência econômica, sem a tentativa de construir uma posição autônoma para a América Latina no mundo.

No caso da América Central e do Caribe, em particular, formada por países pequenos, economicamente dependentes, com o ritmo de suas economias sendo ditados de fora, a necessidade dessa estratégia se torna cada vez mais óbvia. Embora a justificativa para a escolha pela RPC – em detrimento de Taiwan – se dê em termos de bem-estar, por meio das oportunidades de maior cooperação no campo econômico (entre outros), é necessário observar os setores privilegiados no quadro dessas parcerias. Faz-se necessário, além disso, compreender em que medida existe um projeto dos Estados da região – individualmente ou em conjunto – de aproveitar os novos capitais que podem vir com essa mudança na política externa, em prol de objetivos estratégicos definidos dentro e para a América Latina.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEECH, Eric; MALER, Sandra. U.S. recalls diplomats in El Salvador, Panama, Dominican Republic over Taiwan. **Reuters**, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-china-taiwan/u-s-recalls-diplomats-in-el-salvador-panama-dominican-republic-over-taiwan-idUSKCN1LO00N>>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

COLBERT, Caroline. A Relação Triangular entre os Estados Unidos, a China e Taiwan após a Eleição de Tsai Ing-Wen em 2016. In: VALENTE, Leonardo; FERREIRA, Letícia; HAROUCHE, Mariana; NUNES, Dimitria; LEMOS, Henrique; RIBEIRO, Marcelo; COLBERT, Caroline; FERREIRA, Laís; RODRIGUES, Sabrina; SOUZA, Rebecca. **Boletim LEA-UFRJ - Ano 2, Nº 7, Agosto de 2018**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos Asiáticos, 2018. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/b7b82b_99d084e4d36d4b3eb55effdd4890617.pdf>. Último acesso em: 19 de novembro de 2018.

FORNES, Gaston; MENDEZ, Alvaro. China and Latin America in the Twenty-First Century. In: FORNES, Gaston; MENDEZ, Alvaro. **The China-Latin America Axis: Emerging Markets and Their Role in an Increasingly Globalised World**. Palgrave-Macmillan, 2018, p. 1-15.

GUERRERO, Josías David Valle. **La estrategia geopolítica de los Estados Unidos y China Continental en América Central**. Dissertação. Mestrado em Estudos Internacionais. Santiago: Universidade do Chile, Instituto de Estudos Internacionais, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/147367/La%20estrategia_geopol%C3%ADtica_de_los_Estados_Unidos_y_China_Continental_en_Am%C3%A9rica_Central.pdf?sequence=1>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

HARRIS, Gardner. U.S. Weighed Penalizing El Salvador Over Support for China, Then Backed Off. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/09/29/world/americas/trump-china-taiwan-el-salvador.html>>. Último acesso em: 10 de outubro de 2018.

HORTON, Chris. El Salvador Recognizes China in Blow to Taiwan. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/08/21/world/asia/taiwan-el-salvador-diplomatic-ties.html>>. Último acesso em: 10 de outubro de 2018.

HUANG, Cary. Dominican Republic's switch from Taipei to Beijing is an empty victory – with a cost. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/2144662/dominican-republics-switch-taipei-beijing-empty-victory-cost>>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

LI, Yuan. **Dominican Republic and P.R. China: Exchange, Trade and Investment**. Global Foundation for Democracy and Development, 2015. Disponível em: <<https://www.drffellowsprogram.org/reports/dr-china-exchange-eng.pdf>>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

LO, Kinling. China's new alliance stirs US worries over possible 'military base' in El Salvador. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2160731/chinas-new-alliance-stirs-us-worries-over-military-base>>. Último acesso em: 19 de novembro de 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impacto da Ascensão Chinesa sobre os Países Latino-Americanos. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 1, 2015, p. 28-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572015000100028&script=sci_arttext&tlng=pt>. Último acesso em: 10 de outubro de 2018.

PICCONE, Ted. The Geopolitics of China's Rise in Latin America. **Geeconomics and Global Issues Paper**, v. 2. Brookings Institution, 2016. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/11/the-geopolitics-of-chinas-rise-in-latin-america_ted-picccone.pdf>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

REPÚBLICA DE EL SALVADOR. **Mensaje a la nación del señor Presidente de la República, Salvador Sánchez Cerén**, 2018. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.sv/mensaje-a-la-nacion-del-senor-presidente-de-la-republica-salvador-sanchez-ceren/>>. Último acesso em: 12 de outubro de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Where does El Salvador export to?**, 2016 a. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/slv/show/all/2016/>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Where does El Salvador import from?**, 2016 b. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/slv/show/all/2016/>. Último acesso em: 4 de outubro de 2018.

AS RELAÇÕES SINO-CUBANAS: UM HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO ESTRATÉGICO

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira

As relações entre a República de Cuba e a República Popular da China (RPC) possuem uma série de interesses estratégicos envolvidos. Juntamente a esses, uma tortuosa tríade de relações diplomáticas sino-cubano-soviética, no passado, levou à rigidez nos olhares do Império do Meio para com a ilha caribenha. A conjuntura atual levou a China a firmar laços com os vizinhos dos Estados Unidos e, uma vez que a crise na Venezuela, um dos principais aliados e parceiros comerciais de Cuba, afetou muito a economia da ilha, Havana se tornou um grande foco de investimento estratégico chinês, como será desenvolvido ao longo desta análise.

Nos anos 1950, a Revolução Cubana chamou a atenção da China, levando os países a iniciarem, de forma muito tímida, seu processo de reconhecimento diplomático. Inicialmente, apenas um canal jornalístico de Pequim, a Agência de Notícias Xinhua, atuou como um meio diplomático entre os países, que estabeleceram relações formais no início de 1959 (CHENG, 2007). O vínculo entre esses países era principalmente de ordem político-econômica, seguindo os moldes da relação de Cuba com a União Soviética. Devido à deterioração do comércio entre Cuba e os países ocidentais após a revolução cubana, a União Soviética e a China importavam quase todo o açúcar cubano – o principal produto da sua pauta exportadora –, assim como proviam toda a ajuda que Havana necessitava para ampliar e aprofundar os benefícios sociais engendrados pela revolução (Idem, 2007).

A mudança nas relações sino-cubanas, por sua vez, resultou das tensões entre a China e a União Soviética durante os anos 1960. O cisma sino-soviético remonta à Revolução Comunista Chinesa, na qual Mao Tsé-Tung discordara das diretrizes da Internacional Comunista (Komintern) e fundamentara sua ideologia prioritariamente em um levante dos camponeses, não do proletariado urbano. Além disso, disputas na fronteira entre os dois países elevaram ainda mais as tensões, compelindo as nações comunistas do globo a escolherem lados na contenda. Nesse cenário, Cuba se manteve inicialmente neutra, porém, não tardou a fortalecer sua aliança com os soviéticos e a aumentar barreiras na relação com a China (Ibidem, 2007).

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, houve uma recuperação dos laços entre Pequim e Havana, gerando um rápido aumento nas visitas de alto nível entre os dois países. O foco principal dos investimentos do Império do Meio em Cuba passou, então, a ser nas

áreas de comércio, finanças, desenvolvimento sustentável, meios de transporte, energia e biotecnologia, buscando inserir empresas chinesas na ilha, mas também impulsionar o desenvolvimento próprio dos cubanos (FORTE, 2017).

Nos últimos anos, uma série de acordos comerciais entre China e Cuba fortaleceram o intercâmbio de tecnologias e o estreitamento da sua relação política. O setor de transportes tem sido um importante pilar desse relacionamento desde o estabelecimento da fábrica automobilística Yutong, em 2005, a principal empresa do setor na ilha. O transporte público, nomeadamente os ônibus, assim como os veículos particulares mais modernos são produtos da empresa chinesa. Ainda no mesmo setor, a China busca, atualmente, investir em formas mais sustentáveis de deslocamento, como é o caso da bicicleta elétrica (XINHUA, 2018 a).

Outro setor importante para a relação entre os dois países é o de biotecnologia e medicina. Os grandes avanços cubanos nessa área, principalmente nos biomedicamentos, chamam a atenção dos chineses, que buscam incorporar essa tecnologia à medicina de seu país (FORTE, 2017). No que tange a outros setores importantes do comércio sino-cubano, a China continua a importar grandes quantidades de açúcar cubano (62% das exportações cubanas para Pequim) e níquel (29%), bem como produtos agropecuários (OCE, 2016).

Mais recentemente, em 2018, a China anunciou um investimento de 36 milhões de dólares em Cuba, para atuar em setores estratégicos, como energia renovável, recursos hídricos e biotecnologia. Através de seis acordos, anunciados por ambos os países, haverá, ainda, investimentos no desenvolvimento da pecuária cubana e na modernização de portos (XINHUA, 2018 b). Essa maior atenção chinesa à ilha vizinha aos Estados Unidos se desdobra em um momento crítico, tanto para uma maior penetração chinesa na América Latina, quanto para a escalada de tensões entre Washington e Pequim.

No que se refere à Venezuela, a relação entre Havana e Caracas estava fundamentada em suas ideologias políticas comuns, tendo o país também se convertido no principal parceiro econômico da ilha. As trocas comerciais entre ambos se concentravam em recursos energéticos e tecnologias de desenvolvimento. Não por acaso, a economia cubana sofreu consideravelmente com o advento das crises energética e econômica que assolaram a Venezuela, sendo, contudo, em pouco tempo amparada pelos grandes investimentos chineses. Dessa forma, hoje a China ocupa o espaço, antes venezuelano, de maior sócio comercial de Cuba.

Apesar de uma entrada massiva de capital chinês em toda a América Latina nos últimos anos, Havana detém importância particular na estratégia de Pequim para a região devido a sua

proximidade com os Estados Unidos, estando a menos de 170 km da costa da Flórida. O fortalecimento da posição chinesa em Cuba demonstra ser, portanto, uma reação à pressão que Washington vem exercendo sobre Pequim nos últimos anos, tanto no campo militar, no que se refere à presença estadunidense no Sudeste Asiático e no Mar do Sul da China, quanto no econômico, com a guerra comercial entre as duas grandes potências, ainda não solucionada. Embora o governo chinês negue que o incremento nas relações com Havana seja influenciado por um terceiro ator, analistas acreditam que a forte presença chinesa na área de influência prioritária dos Estados Unidos intensifica as tensões entre os países (ASIA TIMES, 2017).

Tendo em vista as questões aqui apontadas, é possível perceber que, historicamente, os contatos entre a China e a ilha caribenha foram caracterizados por altos e baixos, mas, atualmente, seguem um movimento ascendente progressivo. A intensificação das trocas comerciais e da transferência de tecnologia entre ambos pode se transformar em um dos sustentáculos da economia cubana. Após os anos de isolamento comercial, devido ao embargo estadunidense, e o contágio da crise venezuelana, o relacionamento com Pequim parece ser a chave para a retomada do desenvolvimento cubano e para fazer frente às pressões do gigante imperial do qual a ilha é vizinha. Nesse sentido, Cuba tem tirado proveito do valor estratégico de sua posição geográfica para obter vantagens no jogo de poder entre as duas grandes potências internacionais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

China delivers aid funds to Cuba worth 36 mln USD for development. **Xinhua**, 2018 b. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/17/c_137045532.htm>. Último acesso em: 09 de setembro de 2018.

China piles into Cuba as Trump looms, Venezuela fades. **Asia Times**, 2017. Disponível em: <http://www.atimes.com/article/china-piles-cuba-trump-looms-venezuela-fades/?fb_comment_id=1165497410231954_1165923130189382#f9ebf8923d413c>. Último acesso em: 13 de setembro de 2018.

Feature: Cuba bets on China to develop public transport. **Xinhua**, 2018 a. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/24/c_137276214.htm>. Último acesso em: 14 de setembro de 2018.

CHENG, Yinghong. Sino-Cuban Relations during the Early Years of the Castro Regime, 1959–1966. **Journal of Cold War Studies**, Vol. 9, No. 3. Boston: Harvard College, 2007, p. 78-114. Disponível em: <<https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/jcws.2007.9.3.78>>. Último acesso em: 13 de setembro de 2018.

FORTE, Iramsy Peraza. As relações entre Cuba e China estão em seu melhor momento. **Granma**, 2017. Disponível em: <<http://pt.granma.cu/mundo/2017-06-08/as-relacoes-entre-cuba-e-china-estao-em-seu-melhor-momento>>. Último acesso em 13 de setembro de 2018.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **What does Cuba export to China?**, 2016. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/cub/chn/show/2016/>. Último acesso em: 10 de setembro de 2018.

AS RELAÇÕES SINO-PANAMENHAS: O DRAGÃO CHINÊS NO QUINTAL GEOPOLÍTICO ESTADUNIDENSE

Thayane Queiroz Santos de Jesus

Estar em uma “encruzilhada” aparenta ser uma condição estruturante para o Panamá, esse istmo estratégico que tanto separa as porções norte e sul do continente americano, quanto medeia os oceanos Pacífico e Atlântico. Com a alavancagem político-econômica da República Popular da China (RPC) nos últimos anos, o país centroamericano se viu novamente *in between*, enredado por uma disputa de influência entre essa e Taiwan (PALADINI, 2011). Em junho de 2017, o Panamá rompeu laços diplomáticos e oficiais com Taipé em prol de Pequim, desfazendo-se de uma de suas encruzilhadas, mas adentrando outra de maior proporção: a que aglutina as pretensões e interesses díspares dos Estados Unidos e da China em relação ao istmo e, no limite, às suas posições no sistema internacional (SI).

Se é verdade que 2017 tornou-se um ano emblemático no curso da relação sino-panamenha, em termos concretos esses laços nos sintonizam com a própria história do Panamá, os quais – embora não ressaltado nas narrativas oficiais do país – são evidentes em seu tecido social. A comunidade chinesa-panamenha é hoje, junto à do Peru, uma das maiores na América Latina (Idem, 2011). Isso se explica à luz da migração chinesa para o istmo, a qual esteve intimamente ligada a empreendimentos centrais no país, como a construção de sua primeira ferrovia e do próprio Canal do Panamá⁹, os quais demandaram fortemente mão-de-obra estrangeira. Ondas migratórias também prosseguiram no século XX, inclusive durante a ditadura militar panamenha (1968-1989) (WALD, 2007).

Da construção da estrada de ferro, por exemplo, resultou a primeira das muitas levadas de trabalhadores chineses que desembarcaram no país. Sabe-se que a empresa incumbida da obra fora à China, a fim de recrutá-los, e que dos primeiros 300 trasladados para a América Central, apenas 228 sobreviveram à penosa viagem (LYNCH, 2014). Estimativas também sugerem que, somente entre 1852 e 1856, vinte mil chineses chegaram a portos panamenhos, como forma de substituir a mão-de-obra irlandesa e antilhana dizimada pelas doenças e clima locais. Nem mesmo a construção do Canal do Panamá prescindiu do labor chinês, como apontado. A obra atraiu cinco mil chineses, entre 1889 e 1890, oriundos de portos da China, Guiana e Trindade e To-

⁹ Sob direção francesa inicialmente (1880-1889) e, por fim, estadunidense (1904-1914).

bago. Em 1905, a despeito da oposição da corte chinesa à presença de seus cidadãos na edificação do canal, os Estados Unidos prenderam quase três mil deles, os quais chegavam ao Panamá pela rota de Nova Iorque¹⁰ (Idem, 2014).

Esses fatos clarificam um Panamá dos dias atuais, visto que 6% da sua população é chinesa, defende o escritor Juan Tam (LEGAZPI, 2014). Respalado no censo de 2010, o autor de *Huellas chinas en Panamá, 150 años de presencia* vai mais além, ao estimar que 35% dos panamenhos encontrariam ao menos um chinês em sua árvore genealógica, parcela que incluiria tanto aqueles com traços orientais, mas sem sobrenomes chineses em sua ascendência, quanto os que carregam tais sobrenomes, ainda que não falem o idioma¹¹ e pratiquem costumes orientais (Idem, 2014). Face a tais números e à crescente influência política-comercial chinesa, era previsto que o istmo não tardaria em reconhecer formalmente a RPC, abraçando, por conseguinte, a sua política de “uma só China”¹².

Nos termos de Stefania Paladini (2011), o Panamá é um exemplo paradigmático de ator que soube explorar as encruzilhadas a ele postas pela geografia e pela política internacional. No quadro da rivalidade entre Taipé e Pequim, o pequeno país mostrou-se capaz de negociar com ambos, relacionando-se oficialmente apenas com o primeiro até 2017, mas sem furtar-se à conclusão de um tratado de cooperação com o segundo e tampouco à instalação de uma representação comercial chinesa na capital panamenha, em 1996 – em troca da abertura de uma sua em território chinês. De igual modo, a assinatura de um Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Taiwan e Panamá, em 2003, embora gerasse frutos significativos para a Zona de Livre Comércio de Colón, não pôde refrear um movimento, incoado a partir de 1997, de acercamento entre o país latinoamericano e empresas ligadas à China Continental (PALADINI, 2011).

Tal movimento culminou, também em 2003, na superação da China face aos Estados Unidos enquanto principal parceiro comercial panamenho, quando ponderados os fluxos decorrentes da zona franca de Colón, a segunda maior desse tipo no mundo. O gigante asiático, ademais, já ostenta atualmente a posição de segundo usuário de maior relevância do Canal, atrás apenas dos estadunidenses (BANERJEE; RICH, 2017). Esses logros cimentaram a influência chinesa no istmo, para o dissabor taiwanês e norte-americano. No primeiro dos casos, durante décadas, Pequim e Taipé acusaram-se mutuamente de fomentar a “diplomacia do dólar” ou a

¹⁰ Coordenando a construção do canal, os Estados Unidos impuseram medidas severas contra os chineses que se encontravam no Panamá, chegando a solicitar a interdição da entrada daqueles ao governo nacional panamenho.

¹¹ No âmbito legislativo do Panamá, já se chegou a discutir o estudo compulsório do mandarim no país, tamanha a centralidade da relação com a China para a prosperidade panamenha (PALADINI, 2011).

¹² Por meio do comunicado conjunto de estabelecimento das relações diplomáticas sino-panamenhas, o governo do Panamá admitiu a existência de apenas uma China, representada legitimamente pelo governo da RPC, da qual Taiwan é parte inalienável (JINGX; XIAOKUN, 2018).

“diplomacia dos talões de cheque”, a fim de rivalizar pelo reconhecimento diplomático de seus pares estatais, ofertando-os abundantes investimentos e ajuda internacional (Idem, 2017). A ruptura do Panamá com Taipé é, nesse sentido, um dos símbolos mais potentes da geoeconomia chinesa em operação para suprimir a ilha rebelada do cenário internacional¹³. Tal logro chegou a ser considerado a maior conquista diplomática chinesa de 2017, conforme declarou o próprio ministro encarregado do Escritório de Assuntos Chineses no Exterior, Qiu Yuanping, em visita ao presidente panamenho Juan Carlos Varela (BERNAL, 2018).

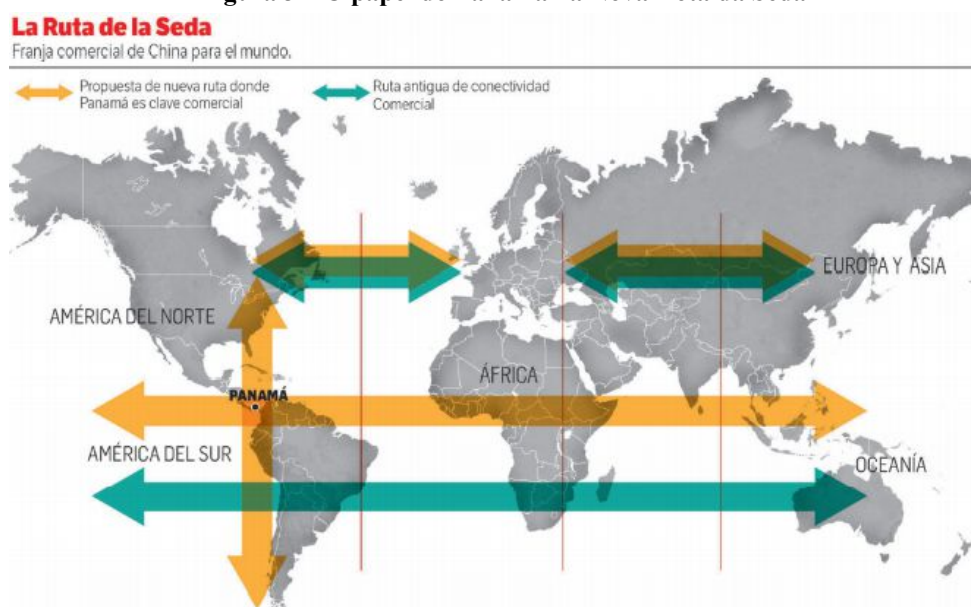
Nenhuma outra faixa de terra nas Américas é mais significativa para os mercados globais que o istmo panamenho. Por oferecer a menor distância náutica entre o Atlântico e o Pacífico, o Panamá é um local que simultaneamente: a) propicia aos mercados asiáticos rápido acesso à costa leste do continente americano; b) representa a rota mais ligeira para o deslocamento das frotas da marinha estadunidense; c) equivale a uma espécie de “funil” territorial para as ações e trânsito do narcotráfico regional. Côncios do valor econômico-estratégico do Panamá, os Estados Unidos de Roosevelt não tardaram em atuar decisivamente em favor de sua independência da Colômbia, em 1903, embebedos pelo pensamento de Alfred Mahan sobre a centralidade do poder marítimo para o exercício da hegemonia americana (BALCAVAGE, 2011).

A China do século XXI tampouco se mostrou menos ciente do valor comercial e estratégico de uma aproximação com o Panamá. Tão logo normalizadas as relações diplomáticas em junho de 2017, a proliferação de documentos pactuados entre os dois países (dentre eles acordos, memorandos, protocolos, etc) foi fugaz, totalizando 47 até então. Desses, 19 foram firmados de uma só vez, quando da visita presidencial de Juan Varela a Pequim, em dezembro daquele ano. Os acordos compõem um ambicioso pacote de cooperação bilateral, incidindo sobre pontos diversos, como a inauguração de uma sede do Banco de Desenvolvimento da China no Panamá; o estabelecimento de mecanismos de financiamento de projetos comuns; investimentos chineses nos âmbitos de energia, infraestrutura de transporte, setor agrícola e hidroeletricidade (GARZÓN, 2017); a promoção ao turismo; e a cooperação em ciência, tecnologia e inovação e em cultura (REPÚBLICA DO PANAMÁ, 2019). Ademais, com apenas um ano de reatamento dos laços formais, começaram a prosperar as negociações voltadas à conclusão de um TLC sino-panamenho (GARRIDO, 2018).

¹³ No momento presente, apenas 17 países prestam reconhecimento a Taiwan, dos quais quatro são da América Central (Belize, Guatemala, Honduras e Nicarágua). A ruptura do Panamá prenunciou movimentos similares por parte de outros vizinhos, como a República Dominicana (maio de 2018) e El Salvador (agosto de 2018), agudizando o cenário de isolamento diplomático internacional da ilha (SALVADOR, 2018).

Em meio a essa miríade de documentos acordados, um deles é particularmente revelador do papel designado ao Panamá dentro de uma estratégia chinesa maior de inserção na América Latina e no mundo: trata-se do Memorando de Entendimento sobre cooperação no marco do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota Marítima do século XXI¹⁴. Como assevera Garzón (2017), essa foi a primeira vez que se confeccionou um acordo específico para incorporar um país latinoamericano ao que é considerado o mais audacioso “plano de interconectividade entre fronteiras na história da humanidade” (GARZÓN, 2017, s/p), destinado a escoar a produção chinesa pelo globo e materializar vias por onde transitem, até a China, os insumos necessários ao seu desenvolvimento¹⁵. O projeto que engloba mais de 70 países estendidos pela Ásia Central, África, Europa (porções sul e central) e Oriente Médio (Idem, 2017), concentrando 65% da população mundial e um terço do PIB global (TELESUR, 2017), aposta no Panamá como o grande *hub* comercial e eixo articulador nas Américas, como ilustrado abaixo:

Figura 3 – O papel do Panamá na Nova Rota da Seda



Fonte: LASSO, 2018

Tal como no passado, a China continua presente nas grandes obras do Panamá, com a diferença de que, para além de sua força de trabalho, o país passou a contribuir sobremaneira

¹⁴ No memorando, os dois países cancelam seu compromisso mútuo em promover e fortalecer a Nova Rota da Seda por meio de densa cooperação bilateral nas áreas de comunicação de políticas, conexão de infraestruturas, fluxos comerciais, circulação de fundos e união das vontades do povo (voltado ao intercâmbio humano e ao bem-estar das populações envolvidas).

¹⁵ Segundo a XinSegundo, da agência de notícias Xinhua, até dezembro de 2018, a China havia firmado memorandos do mesmo gênero com 16 países latinoamericanos e caribenhos, como Chile, Uruguai, Costa Rica e Trindade e Tobago. O primeiro desses foi pactuado com o Panamá, em 1 de dezembro de 2017 (IBERCAMPUS, 2018).

com seu capital e *expertise*, o que vem a demarcar sua nova posição de poder no SI e sua vitalidade econômica. Outro câmbio reside na menor influência dos Estados Unidos sob o governo panamenho, de modo a não mais tolher a relação sino-panamenha, ou ter suas solicitações acatadas quanto à contenção dos chineses no país, conforme ocorrera quando das obras do Canal. O panorama atual do istmo é outro deveras distinto, no qual a disseminação de empresas chinesas, inclusive como operadoras dos terminais portuários do Canal e agentes de sua expansão, enseja vulnerabilidades securitárias de primeira ordem aos Estados Unidos. Além de ser o segundo maior usuário da via interoceânica, a China conta com um de seus consórcios operando portos nos dois extremos da mesma (ACTIS; CREUS, 2018).

Para Robert Balcavage (2011), coronel estadunidense, a presença da China no Panamá é um desafio à segurança e à prosperidade americana na medida em que aquele país poderia dificultar ou escassear o movimento militar e comercial dos Estados Unidos através do Canal ou mesmo transitar, ocultar e estocar materiais bélicos que, porventura, imponham riscos ao Estado americano. A hidrovia é de tal forma cara à comunicação e aos fluxos de comércio entre as duas costas estadunidenses que nos tratados Torrijos-Carter (1977), os mesmos responsáveis por restituir a autoridade e o controle panamenhos sobre o Canal a partir de 1999, os Estados Unidos não deixaram de assegurar para si a função de guardião permanente do Canal e de sua “neutralidade”, conforme ditam os interesses nacionais americanos (BALCAVAGE, 2011).

Ainda de acordo com Balcavage (2011), para exercer a doutrina Monroe em um Panamá achegado a Pequim, caberia a Washington aumentar seu engajamento político, diplomático e informativo com o país centroamericano, estreitando o TLC existente e aditando investimentos nas áreas da educação e assistência em segurança (por exemplo, em treinamentos militares, formação de policiais de fronteira e combate ao narcotráfico). Para tanto, o ex-comandante do Comando Sul, Kurt W. Tidd, alega que, da parte dos Estados Unidos, é preciso não negligenciar a América Latina e o Caribe, enquanto palco onde se desenrolam questões sensíveis, como a competição estratégica com a China e a Rússia. O almirante insiste que, além de um “mercado de ideias”, a região é um “mercado de engajamento”, onde o poder americano deixou de ser o único *player* em jogo, razão pela qual os estadunidenses deveriam fortalecer suas parcerias locais, caso queiram manter-se competitivos (TIDD, 2018).

Assim, com “estranhos à porta”, a vigilância estadunidense se ampliou e, em 2008, noticiou-se a reativação da 4ª Frota Naval dos Estados Unidos (PALADINI, 2011). No que se refere ao Panamá, especificamente, já na gestão Trump os Estados Unidos trataram de desencorajá-lo em seus negócios com a China, através do Secretário de Estado, Mike Pompeo, em

sua passagem pelo istmo, para quem as estatais chinesas operam em bases economicamente “predatórias” (WONG, 2018). Outrossim, após o abandono diplomático de Taiwan pela República Dominicana e por El Salvador, o Departamento de Estado americano convocou os chefes de missão de ambos e do Panamá a Washington para vários dias de consulta. O gesto simbolizou um certo repúdio aos três países que prestaram reconhecimento a Pequim e às demais nações que considerassem fazê-lo (Idem, 2018).

Frente a tal encruzilhada – ou quiçá uma “nova bipolaridade” emergente na América Latina (ACTIS; CREUS, 2018) –, o governo panamenho respondeu à postura americana, via comunicado oficial subscrito pelo presidente Juan Varela. Nele, após reiterar seus 115 anos de bom relacionamento e parceria com os Estados Unidos e seu povo, o Panamá solicitou respeito por suas decisões soberanas de política externa, afirmando seguramente que seus melhores interesses não colidem com o de seus sócios-estratégicos (GORDÓN, 2018). As interrogações que ficam, portanto, caberão aos delineamentos futuros responder, nomeadamente se a cooperação com China exclui os Estados Unidos do grupo desses sócios panamenhos; já que os interesses de Washington em nada convergem com o projeto chinês para o Panamá, no escopo da Nova Rota da Seda e seu braço na América Latina.

Ao que tudo indica, o dragão chinês, mesmo agigantado, está adentrando o quintal estratégico americano diligentemente, para bem acomodar-se. Em meio a esse cenário, urge-se que os países latinoamericanos se inspirem na política chinesa de disciplinarização do investimento externo e não delonguem a elaboração de uma estratégia coerente face aos desafios que lhe estão postos: o de tirar proveito, enquanto é possível, dessa disputa por influência regional, privilegiando seus interesses e o bem-estar de seus povos e almejando uma inserção internacional menos dependente e subordinada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACTIS, Esteban; CREUS, Nicolás. América Latina na nova bipolaridade emergente. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584101-america-latina-na-nova-bipolaridade-emergente>>. Último acesso em: 10 de janeiro de 2019.

BALCAVAGE, Robert. Exercising the Monroe Doctrine in Chinese-Influenced Panama. **U.S. Army War College**, 2011. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/full-text/u2/a560022.pdf>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

BANERJEE, Vasabjit; RICH, Timothy. Panama Switch Marks China's Return to Checkbook Diplomacy. **The Diplomat**, 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/06/panama-switch-marks-chinas-return-to-checkbook-diplomacy/>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

BERNAL, Yelly. Panama and China: a "convenient" relationship. **Panamá Today**, 2018. Disponível em: <<https://www.panamatoday.com/panama/panama-and-china-convenient-relationship-6292>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

China y Panamá, ¿se amplía la Ruta de la Seda?. **Telesur**, 2017. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/telesuragenda/China-y-Panamá-se-amplia-la-Ruta-de-la-Seda-20170613-0026.html>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

Franja y Ruta de la Seda llegarán a 16 países de América Latina y Caribe concertados con China. **Ibercampus**, 2018. Disponível em: <<https://www.ibercampus.es/franja-y-ruta-de-la-seda-llegaran-a-16-paises-de-37671.htm>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

GARRIDO, Elizabeth, 'La decisión de empezar un TLC con China es la correcta': ministro Arosemena. **El Capital Financiero**, 2018. Disponível em: <<https://elcapitalfinanciero.com/la-decision-de-empezar-un-tlc-con-china-es-la-correcta-ministro-aro-semena/>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

GARZÓN, Paulina. Rota da Seda aterrissa no Canal do Panamá. **Diálogo Chino**, 2017. Disponível em: <<https://dialogochino.net/10233-chinas-silk-road-reaches-the-panama-canal/?lang=pt-br>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

GORDÓN, Ismael. Varela reacciona a la decisión de EEUU en citar a su encargada de negocios. **La Estrella de Panamá**, 2018. Disponível em: <<http://laestrella.com.pa/panama/politica/varela-reacciona-decision-eeuu-citar-encargada-negocios/24082226>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

JINGX, Mo; XIAOKUN, Li. China and Panama establish diplomatic relations. **China Daily**, 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-06/13/content_29721903.htm>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

LASSO, Mileika. Panamá, piedra angular para la Ruta de la Seda. **La Estrella de Panamá**, 2018. Disponível em: <<http://laestrella.com.pa/economia/panama-piedra-angular-para-ruta-seda/24067482>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

LEGAZPI, José María Torrijos. Chinos en Panamá: una mayoría desconocida. **La Estrella de Panamá**, 2014. Disponível em: <<http://laestrella.com.pa/panama/nacional/chinos-panama-mayoria-desconocida/23447153>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

LYNCH, Linett. Presencia China durante la construcción del ferrocarril y el canal. **La Estrella de Panamá**, 2014. Disponível em: <<http://laestrella.com.pa/panama/nacional/presencia-china-durante-construccion-ferrocarril-canal/23788922>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

PALADINI, Stefania. A View from the Isthmus: China's Strategic Interests in Latin America between Taiwan and the USA. **The Journal of Comparative Asian Development**, vol. 10, 2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15339114.2011.578476>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

REPÚBLICA DO PANAMÁ. Ministerio de las Relaciones Exteriores. **Acuerdos Suscritos entre la República de Panamá y la República Popular China**, 2019. Disponível em: <<https://www.mire.gob.pa/index.php/es/acuerdos-panama-china>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

SALVADOR, Susana. Só 17 países resistem à China e mantêm relações diplomáticas com Taiwan. **Diário de Notícias**, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-ago-2018/interior/so-17-paises-resistem-a-china-e-mantem-relacoes-diplomaticas-com-taiwan-9744400.html>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

TIDD, Kurt. Prepared Remarks: Adm. Tidd at Center for Naval Analyses. **U.S. Southern Command**, 2018. Disponível em: <<https://www.southcom.mil/Media/Speeches-Transcripts/Article/1543839/prepared-remarks-adm-tidd-at-center-for-naval-analyses/>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

WALD, Rolando de la Guardia. Cuando los chinos llegaron. **La Prensa**, 2007. Disponível em: <https://www.prensa.com/politica/chinos-llegaron_0_1933306701.html>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.

WONG, Edward. Mike Pompeo Warns Panama Against Doing Business With China. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/10/19/world/americas/mike-pompeo-panama-china.html>>. Último acesso: 10 de janeiro de 2019.